

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
– CMADS**

REQUERIMIENTO N° , DE 2019

Solicita audiência pública para discutir as propostas do governo brasileiro para a COP 25 do Clima.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário, a realização de Audiência Pública desta Comissão com a finalidade de discutir as propostas do governo brasileiro para a COP 25 do Clima, incluindo o processo de implementação dos compromissos do país no âmbito do Acordo de Paris. Propomos como convidados:

1. Embaixador Ernesto Araújo - Ministro de Estado das Relações Exteriores
2. Ministro Ricardo Salles – Ministro do Meio Ambiente
3. Representante do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima
4. Representante do Observatório do Clima

JUSTIFICAÇÃO

Reverter o aquecimento global tem sido considerado um dos maiores desafios que a humanidade já enfrentou em sua trajetória histórica. Há suficientes evidências científicas de que se algo não for feito, muito provavelmente a vida sobre a terra estará em risco. É em torno dessa realidade que as Nações Unidas (ONU) vem liderando os esforços das 196 Partes (Estados) mais a União Europeia para enfrentar o problema e alterar a trajetória de colapso do sistema planetário.

Desde a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, celebrada na Rio 92, já foram realizadas 24 Conferências das Partes (COP), que é o órgão superior de decisões da Convenção. A primeira COP se realizou em Berlim, em 1995, e a última na Polônia, em dezembro de 2018. A próxima será realizada no Chile, entre os dias 02 e 13 de dezembro próximo.

Como é do conhecimento geral, o Chile foi escolhido para sedear a COP 25 após o Brasil declinar da condição de anfitrião, numa decisão que antecipou a postura reativa do governo Bolsonaro aos temas ambientais. Agora, o governo Bolsonaro acaba de retirar a oferta do país para sedear a Climate Week Latin America, um evento regional da Convenção do Clima da ONU que aconteceria de 19 a 23 de agosto em Salvador.

No entanto, o Brasil conquistou nas últimas décadas uma posição estratégica no debate internacional sobre as questões ambientais, e no tema do clima em especial, que não pode ser deslocada pela vontade isolacionista do governo atual, nem pela atitude de grupos de interesses desprovidos dos princípios e práticas do desenvolvimento sustentável.

Nesse momento que antecede a realização da COP 25 importa, sobre tudo, realizar um balanço da implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (a chamada NDC, na sigla em inglês), principal compromisso do país assumido no contexto do Acordo de Paris. Em efeito, gradativamente aumenta na opinião pública, e nos diferentes espaços de debates sobre a questão climática, a preocupação com o cumprimento percepção das metas assumidas no âmbito da NDC, na medida em que as principais políticas e planos a elas associadas deixaram de ser prioritárias para o atual governo.

Por outro lado, ao assumir uma posição crítica, para não dizer de oposição, ao Acordo de Paris, o governo não tem sido propositivo no sentido de indicar uma estratégia de enfrentamento das causas da mudança do clima, permanecendo numa postura ideológica que nega as evidências e comprovações científicas do fenômeno.

Essa realidade indica um cenário de incertezas a respeito da participação do governo brasileiro na COP 25, razão pela qual estamos propondo a realização de uma Audiência Pública que permita o esclarecimento dos aspectos aqui levantados, dentro de uma perspectiva de participação ativa da CMADS em todo o processo preparatório da próxima Conferência do Clima.

Nesse sentido, vislumbramos essa Audiência como a primeira de um ciclo de debates que contemple o amplo espectro da Política e do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, incluindo os Planos Setoriais e as contribuições de diferentes segmentos da sociedade em torno dos riscos e oportunidades da agenda climática para o desenvolvimento do país.

Esse ciclo de debates no âmbito da CMADS se insere, na concepção que nos orienta, num processo mais amplo voltado à participação do parlamento brasileiro na COP 25, implicando, no momento oportuno, no diálogo e na ação

coordenada com outras instâncias do Congresso, notadamente com a CMMC - Comissão Mista Permanente sobre as Mudanças Climáticas.

Com esse propósito, conto com o apoio dos colegas parlamentares para aprovar este requerimento, certo de que estaremos dando um passo rumo à COP 25, não apenas acompanhando e defendendo perante o governo brasileiro os compromissos voluntariamente assumidos no Acordo de Paris, mas também intervindo no plano internacional para manter o protagonismo historicamente conquistado pelo país.

Deputado Federal Nilto Tatto
PT/SP